

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA
ATA DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2014
PROCESSO Nº 179.228/2014**

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, a Comissão Permanente de Licitações, na pessoa de seu presidente Sr. Pregoeiro, Ronerson Bueno, acompanhado dos demais membros, reuniram-se para o ato de análise e julgamento da impugnação interposta pela empresa **RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, contra o edital de **Concorrência Pública nº 06/2014**, que visa a Contratação de empresa para **pavimentação asfáltica**, do Município de Vacaria/RS.

A impugnação foi interposta tempestivamente e em apertada síntese alega:

*a) Que as exigências do edital, quanto ao item 3, sub item 3.11 do edital (atestado de capacidade técnico-operacional) e a exigência constante no memorial descritivo quanto a exigência de transporte de asfalto quente com distância máxima de 60km, para evitar perda de calor da mistura e viscosidade de aplicação, seriam ilegais e/ou restritivas. Ao final requer o acolhimento da impugnação, **sem referir se as referidas exigências deveriam ser suprimidas ou alteradas.***

A Comissão à vista dos autos, mesmo sem o requerimento de retificação ou supressão de cláusula, interpretando que a suspeição de ilegalidade/restrição são suficientes para a provocação de parecer da mesma, pois as irresignações poderiam levantar indícios de cláusulas anuláveis, passa a tecer as seguintes considerações:

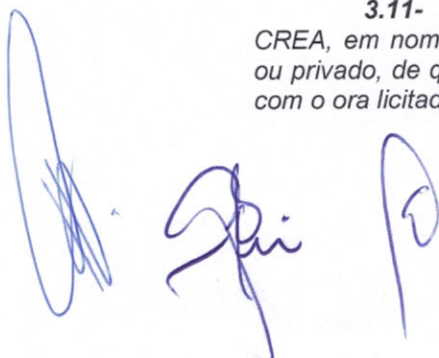
1 – Preliminarmente, para excluir ou modificar uma cláusula, antes, se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal;

2 - Faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento da contratação de serviços a serem prestados ao Município;

3 – Em que pese o nobre discurso da empresa quanto às ponderações acerca dos itens 3.11 e distância de transporte de asfalto quente, pelo qual coadunamos em parte, as mesmas tratam-se de quesitos indispensáveis para a execução dos serviços e tem um “porquê” de existirem, não se tratando de cláusulas de mera liberalidade discricionária, arbitrárias, implausíveis ou caprichosas, se não vejamos:

a) Quanto à cláusula 3.11:

3.11- Atestado da capacitação técnico-operacional, registrado no CREA, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;



Nossos editais, geralmente, não solicitam capacidade técnica-operacional, por entendermos, conforme diversos julgados, que a mesma só deva ser solicitada quando essencial, ou seja, quando se destine a serviços em que a complexidade seja relevante ou de grande vulto.

Embora as divergências que outrora incidiam sobre o tema, o art. 30, da Lei 8.666/93, ao tratar das exigências habilitatórias pertinentes à capacitação técnica dos licitantes, estabelece a possibilidade de ser comprovada a capacidade técnica-operacional do licitante (pertinente à empresa), bem com a capacidade técnico-profissional (relativa ao profissional integrante dos quadros permanentes da empresa e indicado como responsável técnico pela obra ou serviço), diferentemente do que a empresa tentou alegar.

Sobressai, portanto, do texto da lei, que pode-se exigir tanto a capacidade técnica-operacional, quanto a capacidade técnico-profissional da licitante.

O cerne da divergência, convém que se esclareça, ocorria em razão do veto presidencial ao art. 30, §1º, II da Lei Federal, que aludia, expressamente, à capacidade técnico-operacional da empresa.

Não obstante, atualmente a doutrina é praticamente unânime ao asseverar que:

"A realidade é que, apesar da supressão do inciso legal acima epigrafoado, vários dispositivos da mesma Lei 8.666/93 continuaram a prever a comprovação, por parte da empresa, de sua capacidade técnico-operacional".

Assim, deparamos com os arts. 30, inc. II, 30, §3º, 30, §6º, 30, §10, e 33, inc. III do diploma legal já referenciado, onde permanecem exigências de demonstração de aptidão da própria empresa concorrente e não do profissional existente em seu quadro funcional, inclusive mediante a apresentação de atestados, certidões e outros documentos idôneos

Nesse sentido, Carlos Pinto Coelho Motta, *in* Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, citando Antônio Carlos Cintra do Amaral, argumenta que:

"1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à 'comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação' (art. 30, II).

Além da aptidão da empresa, comprovável em função de sua experiência, a Administração deve exigir comprovação da 'capacitação técnico-profissional', nos termos do §1º do mesmo art. 30. Essas comprovações podem ser dispensadas no caso de obras licitadas mediante a modalidade 'Convite' (§1º do art. 37).

2. A Lei nº 8.666/93 não estabelece limites para exigências quanto à capacitação técnico-operacional de empresas licitantes, devendo tais limites, portanto, ser estabelecidos em cada caso, levando-se em conta a pertinência e compatibilidade a que se refere o inc. II do art. 30, bem como a noção de indispensabilidade, contida no inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal".

Não podemos deixar de citar as orientações de Yara Darcy Police Monteiro:

"Questão que foi muito controvertida, todavia já pacificada na doutrina e jurisprudência, é a relativa à comprovação da capacitação técnica da empresa e do profissional responsável nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia. Não mais pairam dúvidas de que, segundo a dicção do art. 30, II, e seu §1º, I, pode o edital exigir a 'comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação' da empresa participante, sem prejuízo da comprovação de aptidão dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos, na forma e com as limitações fixadas no citado §1º e inc. I do mesmo art. 30" (cf. Licitação: Fases e Procedimento, NDJ, 2000, p. 43).

Essa, inclusive, é a inteligência do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

"Administrativo. Licitação. Interpretação do art. 30, II e §1º, da Lei 8.666/93.

1. Não se comete violação ao art. 30, II, da Lei. 666/93, quando, em procedimento licitatório, exige-se a comprovação, em nome da empresa proponente, de atestados técnicos emitidos por operadoras de telefonia no Brasil de execução, em qualquer tempo, de serviço de implantação de cabos telefônicos classe "L" e "C" em período consecutivo de vinte e quatro meses, no volume mínimo de 60.000 HxH, devidamente certificados pela entidade profissional competente.

2. 'O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente a 'exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe' (Adilson Dallari).

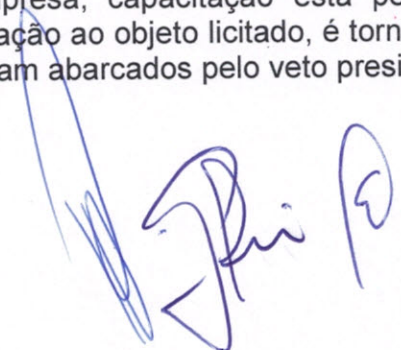
3. Mandado de segurança denegado em primeiro e segundo graus.

4. Recurso especial improvido (Res. Nº 172.232-SP, rel. Min. José Delgado, DJU de 21.9.98, RSTJ 115/194)".

Faz-se oportuno ainda alertar para o fato de que, na prática licitatória, temos conhecimento de casos em que, sendo solicitado, por alguns órgãos públicos, apenas a comprovação de capacitação técnico-profissional da licitante, ocorreram inúmeros prejuízos à conclusão de obras daí decorrentes. Isso se deu porquanto algumas empresas, de má-fé, "compravam" o acervo técnico dos profissionais, contratando-os com data retroativa à da abertura da licitação e, por certo, não lograram êxito em concluir satisfatoriamente a obra, uma vez que não possuíam a qualificação técnica necessária.

É exatamente para salvaguardar o interesse público de ocorrências desta natureza, que a lei admite que se verifique a qualificação tanto da empresa, quanto de seu responsável técnico, para efeitos habilitatórios.

Negar que a lei admite a exigência de capacitação técnica em relação à empresa, capacitação esta pertinente à características, quantidades e prazos em relação ao objeto licitado, é tornar sem efeito os comandos do inc. II do art. 30, que não foram abarcados pelo veto presidencial e, portanto, continuam em plena vigência.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to a legal professional or official.

Destarte, para dar cumprimento a tal preceito, em prol do interesse público, deve a entidade licitante salvaguardar-se de que o futuro contratado detém aptidão suficiente para bem desempenhar o objeto colimado.

Novamente invocando a Corte Superior de Justiça, citamos o seguinte julgado que corrobora o alegado:

"Administrativo. Procedimento Licitatório. Atestado Técnico. Comprovação. Autoria. Empresa. Legalidade. Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.66/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo – a lei – mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. Recurso provido (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)" (sem grifo no original).

Poderíamos considerar, em alguns casos, até desídia, da Administração, deixar de exigir a comprovação da capacitação técnica da empresa, face à complexidade do objeto envolvido, sob pena de, não raro, restar prejudicada a execução do objeto a contento, em prejuízo ao interesse público, do qual não se pode descuidar.

Assim sendo, não se pode, por amor à competição, deixar de prever requisitos que sejam *pertinentes* e *relevantes* ao atendimento do objeto perseguido, à luz do interesse público, porque não é essa a *ratio legis*.

O que o dispositivo visa coibir é a exigência infundada, dirigida exclusivamente a privilegiar alguns e afastar outros licitantes, sem qualquer justificativa. No entanto, não fere a competição a exigência de requisitos que, de fato, sejam necessários no caso concreto, face ao objeto a ser contratado.

Conforme a empresa impugnante muito bem destacou, o Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul apresentou representação de nº 0044/2008, sendo analisada e julgada em 2009 pelo Tribunal de Contas do Estado, ocasião em que o pleno do Tribunal afastou o entendimento que parecia consolidado a respeito da exigência de capacitação técnico-operacional para habilitação em licitações para obras e serviços de engenharia. A representação não se referia a uma licitação específica, mas tomava em conta a existência desta condição de habilitação em uma pluralidade de certames.

Acontece que a ora impugnante esqueceu-se de mencionar que, partes dos votos, ou seja, uma segunda vertente que acha admissível a solicitação de atestado técnico-operacional, e, mesmo assim, a outra vertente, embora entendendo como inadmissíveis os atestados como elemento restritivo à participação em licitação, poderiam ser considerados quando da análise técnica das propostas, cuja complexidade assim o exigisse, atentando, sobretudo, para os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, likely belonging to a legal professional or official, is written over the bottom left portion of the page.

O princípio da razoabilidade (quando não utilizado como sinônimo do princípio da proporcionalidade) é instrumento de interpretação jurídica. Impõe que se ultrapasse a simples concatenação do raciocínio (lógica formal), no intuito de adequar a solução buscada pelo intérprete ao sistema jurídico.

De sua vez, o princípio da proporcionalidade é instrumento para a solução de colisões no sistema, em face de um caso concreto. Sua aplicação técnica demanda a submissão de medida restritiva de valor jurídico a três testes de justificação, na seguinte ordem: utilidade, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Cabe examinar a extensão e as implicações da decisão, em especial diante da profundidade do exame nela realizado e da ampla disseminação da exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional em licitações.

A possibilidade de exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional de licitante é muito mais um problema de hermenêutica e, portanto, solucionável pelo princípio da razoabilidade, que um problema de colisão. De todo modo, o eventual caráter restritivo de exigência hipotética será testado adiante sob o prisma da proporcionalidade, por se tratar (a proporcionalidade) de fundamento da decisão discutida.

Haverá situações de contratação em que, para comprovação da aptidão para o desempenho de atividade *similar e compatível* (nos termos do referido artigo) com o objeto do contrato, será indispensável verificar a operacionalidade (autonomia, adaptabilidade, logística, etc.) da empresa na execução de objeto semelhante. É o caso de contratações para execução de objetos complexos como, por exemplo, a urbanização de favela, que pode envolver construção de habitações, redes de luz, água e esgoto, pavimentação, bem como serviços de pesquisa e reassentamento de famílias.

Nesse contexto, vê-se que não se pode interpretar como uma vedação a inexistência de previsão explícita da possibilidade de exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional no § 1º do art. 30 da Lei 8.666. O princípio da razoabilidade determina que a interpretação seja diversa, geradora de solução em conformidade com o sistema jurídico. Não se pode vedar providência indispensável à realização de competências estatais inafastáveis.

Assim, conforme resulta dos próprios fundamentos da própria decisão do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, a interpretação da Lei nº 8.666 não leva, por si só, à ilegalidade da exigência. A decisão atinge este resultado por meio da aplicação do princípio da proporcionalidade.

Para a aferição da proporcionalidade da exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional, deve-se submeter a hipótese restritiva a três testes.

O primeiro é o da utilidade: a medida restritiva de um valor jurídico deve ser útil para o atingimento do resultado pretendido. No caso, cabe aferir se a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional, restritiva da ampla participação no certame, mostra-se útil à realização da melhor contratação. Quanto a esse ponto, a decisão do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul propõe outras medidas (a análise da higidez financeira da empresa, a elaboração de termos contratuais claros, a imposição de penalidades por inadimplemento, etc.), que seriam, em seu entendimento, mais adequadas à verificação da efetiva capacitação técnica do licitante. Nesta hipótese ora impugnante se filia.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A. Pinheiro', is written over the bottom of the page.

O segundo teste é o da necessidade: não deve haver medida útil menos restritiva que a medida posta em discussão. Deve-se verificar se a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional mediante a exibição de atestados anteriores se mostra necessária por não existir medida útil menos restritiva. Nesta hipótese, o Município ora se filia.

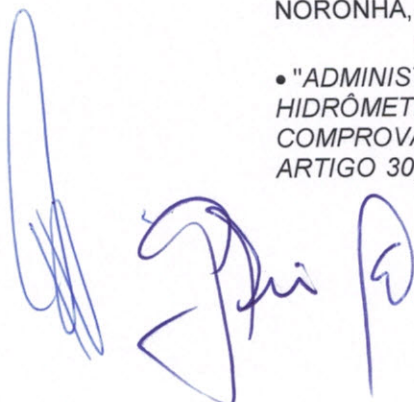
O terceiro teste é o da proporcionalidade em sentido estrito: a ponderação entre os benefícios oriundos da aplicação da medida restritiva e os prejuízos por ela causados deve ter por resultante uma operação positiva. Trata-se do teste de maior suscetibilidade às tendências do sujeito aplicador da medida. Ao que parece, a indispensabilidade da exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional em determinadas situações (lembre-se, de complexidade do objeto) seria um fator relevante na verificação da aprovação da restrição neste teste. Nesta hipótese o Município também se filiou.

É importante ressaltar que, conforme demonstrado, o procedimento administrativo no âmbito do Tribunal de Contas e os termos da própria decisão comentada, a jurisprudência acolhe a tese da possibilidade da exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional para habilitação em licitação.

Por brevidade, citam-se a seguir julgados tão-somente do STJ (inclusive de sua Corte Especial):

• "DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE GRANDE PORTE. EDITAL. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA. COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR. POSSIBILIDADE. 1. As exigências tendentes a comprovar a capacitação técnica do interessado em contratar com o ente público devem ser concebidas dentro das nuances e particularidades que caracterizam o contrato a ser formalizado, sendo apenas de rigor que estejam pautadas nos princípios que norteiam o interesse público. 2. Em se tratando de licitação de serviços de engenharia de grande porte, não há por que cogitar de ilegalidade da norma editalícia que exige a comprovação de experiência anterior em obra similar à licitada, porquanto concebida com propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica dos interessados em com ela contratar nos exatos termos do que prescreve a primeira parte do do inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666/93: 'comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (...)'. 3. Há situações em que as exigências de experiência anterior com a fixação de quantitativos mínimos são plenamente razoáveis e justificáveis, porquanto traduzem modo de aferir se as empresas licitantes preenchem, além dos pressupostos operacionais propriamente ditos – vinculados ao aparelhamento e pessoal em número adequado e suficiente à realização da obra –, requisitos não menos importantes, de ordem imaterial, relacionados com a organização e logística empresarial. 4. A ampliação do universo de participantes não pode ser implementada indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, o que pode gerar graves prejuízos para o Poder Público. 5. Recurso especial não-provido." (REsp 295.806/SP, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 2ª T., DJ 6.3.2006)

• "ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE CONTAS - EDITAL - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR - CAPACITAÇÃO TÉCNICA - ARTIGO 30, § 1º, I, E § 5º DA LEI N. 8.666/93 - RECURSO ESPECIAL NÃO



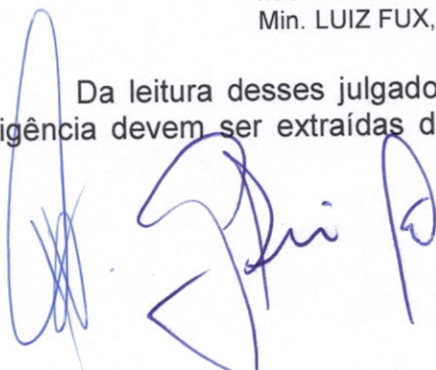
CONHECIDO. É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. Dessarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência. In casu, a exigência, prevista no edital, de apresentação de atestados que comprovem a experiência anterior dos participantes na prestação dos serviços objeto de licitação não é abusiva ou ilegal, pois é uma forma de demonstrar sua capacidade técnico-operacional segundo os critérios discricionariamente estabelecidos pela Administração para a execução a contento dos serviços. 'A ausência de explícita referência, no art. 30, a requisitos de capacitação técnico-operacional não significa vedação à sua previsão. A cláusula de fechamento contida no § 5º não se aplica à capacitação técnico-operacional, mas a outras exigências' (Marçal Justen Filho, in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p. 335). Recurso especial não conhecido." (REsp 361.736/SP, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, 2ª T., DJ 31.3.2003)

•"A EXIGÊNCIA, EM EDITAL DE CONCORRÊNCIA, DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL PARA OBRAS DE VULTO NÃO IMPORTA EM RESTRIÇÃO AO UNIVERSO DA CONCORRÊNCIA. III - IMPOSSÍVEL O EXAME DA QUESTÃO DE FUNDO NOS LIMITES DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IV - AGRAVO REGIMENTAL DENEGADO." (AgRg na SS. 632/DF, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Corte Especial, DJ 22.6.1998)

Possuímos também um julgamento, do STJ, de mesmo objeto e natureza do presente edital que acolhe a solicitação de atestado técnico-operacional:

•"MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO 'TÉCNICO-OPERACIONAL' DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA. - A exigência não é ilegal, se necessária e não excessiva, tendo em vista a natureza da obra a ser contratada, prevalecendo, no caso, o princípio da supremacia do interesse público. Art. 30, da Lei das Licitações. - A capacitação técnica operacional consiste na exigência de organização empresarial apta ao desempenho de um empreendimento, situação diversa da capacitação técnica pessoal. - Por conseguinte, também não se reconhece ilegalidade na proposição quando a exigência está devidamente relacionada com o objeto licitado, inexistindo qualquer alegação de excessividade, ou seja, de exigência de experiência anterior superior, mais intensa ou mais completa do que o objeto licitado. - Exegese do dispositivo infraconstitucional consoante à Constituição, às peculiaridades do certame e suma exigência da supremacia do interesse público, haja vista que o recapeamento de um trecho do asfalto de uma cidade, como a de São Paulo, deve ser executado imune de qualquer vício de sorte a não fazer incidir serviços contínuos de reparação. [...]" (REsp 331.215/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, 1ª T., DJ 27.5.2002)

Da leitura desses julgados percebe-se que as circunstâncias que permitem a exigência devem ser extraídas da situação concreta, tendo em vista a natureza e a



complexidade ("porte", "vulto") do objeto da contratação. Ou seja: a jurisprudência dominante do STJ e a decisão do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul compartilham as preocupações de evitar a restrição indevida de acesso à contratação administrativa e de permitir a efetiva aferição da capacidade de execução do contrato.

No entanto, o STJ tem admitido, de modo pacífico, que a habilitação técnica seja medida segundo a metodologia prevista na Lei nº 8.666.

Sabemos que mesmo que se admita a exigência de atestados, as circunstâncias relativas à finalidade da sua exigência são essenciais na aplicação adequada das disposições legais atinentes à habilitação na licitação.

Não obstante, nosso edital e memorial descritivo preocuparam-se em justificar as referidas solicitações. A solicitação de atestado técnico operacional foi muito bem comprovada no edital, mencionando-se, inclusive, em seu inciso III, sua necessidade, *in verbis*:

"III – A exigência de dois atestados (empresa e profissional) justifica-se pelo fato de que o referido objeto se trata de um serviço de alta complexidade, compreendido em ruas onde se realizam serviços essenciais como saneamento/esgoto, iluminação e transporte público urbano e intermunicipal";

Então, tal disposição, assim como a distância mínima de transporte de asfalto quente, para manutenção da temperatura e viscosidade, se deram por solicitação técnica do setor de engenharia (planejamento), e não, conforme deturpado na impugnação, por mera liberalidade da Administração. Conforme, também, parecer técnico do setor de engenharia do Município em anexo, o mesmo reafirma, mais detalhadamente, que os serviços recairão sobre serviços essenciais como saneamento/esgoto, iluminação e transporte público urbano e intermunicipal, cujo atraso nos serviços, ou má execução, podem trazer transtornos imensuráveis.

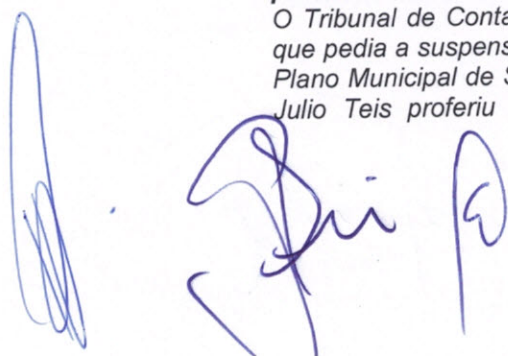
A ora impugnante menciona também que várias obras de pavimentação, tão ou mais importantes que a presente, sem a exigência deste atestado, foram realizadas, sendo que não é verdade, pois além de não terem representado maior competitividade, segundo o parecer da engenharia, *"a obra em questão representa o maior investimento já ocorrido em infraestrutura viária no Município, e embora nenhum recurso deva ser aplicado em garantias de resultado, este, em especial, pelo volume monetário e importância para mobilidade urbana e qualidade de vida dos usuários, preocupa o Setor Técnico e a Administração Municipal"*.

Enfim, deduzimos que, se Leis que proíbem providências necessárias a salvaguardar o interesse público são ilegais. Exigências de capacitação técnico-operacional que são indispensáveis para salvaguardar o interesse público, o dispositivo que as proíbe, também são incompatíveis o interesse público.

Nesse sentido:

Exigência de Atestado de Capacidade Técnica de empresa em edital de processo licitatório é fundamental, diz conselheiro

O Tribunal de Contas de Mato Grosso não conheceu a representação interna que pedia a suspensão da Tomada de Preços nº 14/2013 para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Rondonópolis. O conselheiro Waldir Julio Teis proferiu seu voto vista, no sentido de dar prosseguimento do



procedimento licitatório e não homologou a medida cautelar que determinava a suspensão do certame.

"É necessário, neste caso, a aptidão anterior para a participação do certame. Foi exigido que a contratante apresentasse o atestado de capacidade técnica em nome da empresa contratada e o denunciante confundiu isso com a apresentação de certidão de acervo técnico que é totalmente diferente", justificou.

O conselheiro também manteve o item 11.3 C do edital, que exigia o atestado de capacidade técnica como sendo legal, razoável e proporcional ao objeto em disputa, além de estar em consonância com o ordenamento jurídico pátrio. <http://tce-mt.jusbrasil.com.br/noticias/112328422/exigencia-de-atestado-de-capacidade-tecnica-de-empresa-em-edital-de-processo-licitatorio-e-fundamental-diz-conselheiro>

b) Quanto ao transporte:

Novamente, esta cláusula não se trata de um mero capricho da Administração, a distância mínima solicitada, se deve ao fato de que faz-se necessário uma distância mínima de transporte do asfalto, calculada, por experiência, em média de 60km, pois, como o serviço se deve, quase que integralmente, com asfalto quente, o mesmo, para evitar perda de calor da mistura, e manter sua viscosidade adequada na aplicação, não deve distanciar-se desta estimativa. Além de justificado em edital e memorial descritivo do porquê de sua solicitação, em anexo, segue um parecer técnico pormenorizado, do setor de engenharia do Município, reafirmando o motivo da referida solicitação e sua necessidade.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREVISÃO, NO MEMORIAL DESCRITIVO, QUE É PARTE INTEGRANTE DO EDITAL (§ 2º DO ART. 40 DA LEI Nº 8.666/93), DE DISTÂNCIA MÁXIMA PARA LOCALIZAÇÃO DA USINA DE ASFALTO. INABILITAÇÃO DA LICITANTE POR DESCUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA. CABIMENTO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR. MANUTENÇÃO. FUMUS BONI JURIS NÃO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO. PEDIDO QUE NÃO SE SUBSUME NA PREVISÃO DO ART. 7º, III, DA LEI Nº 12.016/2009.

Em que pese não constar expressamente, no Edital da licitação, a exigência de distância mínima entre a usina de asfalto e o local de execução da obra, o Memorial Descritivo expõe de maneira detalhada as Normas Técnicas, materiais e equipamentos que irão definir e reger a execução da obra. No item 24 do Memorial Descritivo, relativo à Camada de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), consta que a DMT considerada é de 60 Km. Também na Planilha Orçamentária, na parte relativa à Pavimentação, no item 4.8 - Transporte de CBUQ, a DMT considerada é de 60 Km. Portanto, era do conhecimento das licitantes que a distância média de transporte a ser considerada, da usina até o local de aplicação do asfalto, para a execução da obra objeto do certame, é de 60 km. Não podem ser desconsideradas as recomendações técnicas relativas à temperatura adequada para aplicação do CBUQ, de modo a garantir a perfeita execução do pavimento. A recomendação técnica é de que a distância não seja superior a 60 Km ou cujo tempo de percurso fique em torno de 90 minutos. Ainda que se pudesse questionar a viabilidade de a usina se localizar em distância superior à recomendada, o que

se observa, no caso dos autos, é que a usina de asfalto disponibilizada pela empresa PORTOSAN fica a uma distância de aproximadamente 250 Km do local da obra, ou seja, quatro vezes acima da recomendada. Portanto, no presente caso, o fumus boni juris não está suficientemente demonstrado, devendo ser mantida a inabilitação da ora agravante. AGRAVO IMPROVIDO.

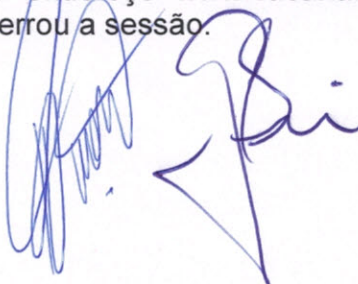
Consoante o bosquejado, em que pese não ser prática rotineira desta Comissão quanto à solicitação dos referidos itens atacados, conforme vislumbrado, os mesmos justificam-se, tendo em vista a complexidade dos serviços, serviços essenciais, tendo sido elaborados em cima de pareceres técnicos da engenharia.

Desta forma, a Comissão compreende que, caso a área técnica entenda que não possa haver uma flexibilização, dentro desse nicho de especificação, sem prejuízos da execução dos trabalhos e resultado final, o mesmo deve ser conservado, caso contrário, adote-se nova redação.

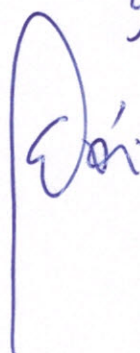
É o parecer.

Por todo o exposto, a Comissão encaminha os autos ao Sr. Prefeito Municipal, para que pondere acerca da situação, deliberando sobre a manutenção ou retificação do edital

A íntegra desta ata encontrar-se-á disponível, também, no site do Município, pelo endereço www.vacaria.rs.gov.br. Nada mais havendo a relatar, o presidente encerrou a sessão.



Delibero pelo prosseguimento do Edital nas condições estabelecidas.

9/6/14


PARECER TÉCNICO

Assunto: Distância de transporte da massa asfáltica

O Concreto Betuminoso Usinado a Quente é um dos revestimentos mais utilizado em vias urbanas e rodovias no Brasil. Consiste em uma mistura devidamente dosada, preparada e aplica a quente, constituída de material betuminoso (flexível) e agregado mineral.

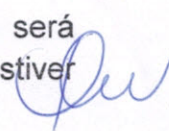
O CBUQ deve ser produzido em usinas apropriadas, calibradas, de forma a assegurar a obtenção das características desejadas para a mistura. A temperatura do cimento asfáltico empregado na mistura deve ser determinada para cada tipo de ligante em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o cimento asfáltico apresenta uma viscosidade *Saybolt-Furol* situada dentro da faixa de 75 SSF a 150 SSF, conforme NBR 14950. A temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C nem exceder 177 °C. Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 a 15 °C acima da temperatura do cimento asfáltico, sem ultrapassar 177 °C.

A carga dos caminhões deve ser feita de maneira a evitar a segregação da mistura dentro da caçamba, obedecendo à seguinte ordem de descarga da usina: 1º na frente, 2º na traseira e 3º no meio.

A produção na usina só deve ser iniciada quando o equipamento para transporte de material estiver em condições de uso, evitando-se demora no transporte e na descarga na acabadora, impedindo desta forma diminuição da temperatura da mistura e prejuízos à compactação.

O CBUQ produzido deve ser transportado da usina ao local de aplicação em caminhões basculantes com caçambas metálicas para que a mistura seja colocada na pista à temperatura adequada. As caçambas dos veículos devem ser cobertas com lonas impermeáveis durante o transporte de forma a proteger a massa asfáltica da ação de chuvas ocasionais, da eventual contaminação por poeira e, especialmente, da perda de temperatura e queda de partículas durante o transporte. As lonas devem estar bem fixadas na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura. O tempo máximo de permanência da mistura no caminhão é dado pelo limite de temperatura estabelecido para aplicação da massa na pista.

A distribuição de uma Mistura Asfáltica Usinada a Quente não será permitida com tempo chuvoso ou quando a temperatura ambiente estiver

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Du', is written over the end of the final paragraph.

abaixo de 10° C. À determinação da temperatura ambiente deverá ser feita na sombra e longe de aquecimento artificial.

Entre os erros e problemas construtivos do pavimento asfáltico, destacam-se alguns exemplos: espessuras menores que as previstas em projeto; falta de compactação apropriada das camadas, causando deformações e afundamentos excessivos ou rupturas localizadas; técnica de compactação inadequada, com uso de equipamentos de baixa eficiência; compactação de misturas asfálticas em temperaturas inadequadas ou variabilidade de temperatura na massa asfáltica durante o processo de compactação, entre outros.

Além disso, o Manual de Procedimentos para Auditoria em Obras Rodoviárias do TCE do Mato Grosso, disserta sobre o assunto:

Caso a solução indicada para revestimento consista em CBUQ produzido em usina pré-instalada, deve-se verificar se a distância de transporte entre o local da usina e o da execução da obra, bem como as condições das rodovias utilizadas, permite que a massa quente seja lançada na pista em temperatura que atenda às recomendações constantes no projeto.

Salvo expressa disposição em projeto, não se deve acatar temperatura de massa asfáltica inferior a 120° C no momento da compactação. Assim, caso o tempo de transporte ultrapasse 2 horas, pode-se fazer necessária a perda de uma certa quantidade de asfalto que esteja na parte superior do caminhão (em contato com a lona), de modo a garantir que todo o material lançado esteja na temperatura adequada. Tal situação deve ser alertada em edital para que os proponentes adicionem esse desperdício a seus custos. Em situações extremas, caso o tempo de transporte ultrapasse 12 horas, o carregamento poderá estar totalmente comprometido.

Considerando o todo o exposto, e pesquisas realizadas à época, o Setor técnico dessa Prefeitura optou por limitar a distância entre a localização da usina de asfalto e a obra em 60 Km (distância utilizada para orçar o item). O valor foi estimado considerando velocidade média do caminhão basculante em via pavimentada 60 KM/H, tempo de descarga na usina e tempo de espera no canteiro em cerca de 30 minutos, chegando assim ao tempo de 2 horas entre a saída usina e o início da aplicação através da vibroacabadora. Na estimativa foi utilizada a velocidade máxima, visto que a velocidade média de transporte deve ser inferior para evitar maior perda de temperatura da massa, foram, ainda, desconsiderados possíveis esperas no perímetro urbano do Município que é cortado por duas rodovias federais.

Além disso, foi considerado o fato de tal distância já ter sido usada por outros Municípios como fator limitante para o transporte do CBUQ, mostrando-se tratar de valor razoável para aumentar a confiabilidade da temperatura de aplicação.

Outro fator importante deve-se ao fato do Município localizar-se em uma das regiões mais frias do país (média anual 17°C), contribuindo para a aceleração da perda de temperatura da massa. O tempo de aplicação também fica reduzido nessa situação, sendo menores distâncias mais adequadas para a produtividade no canteiro.


Longas distâncias a percorrer poderiam levar o empreiteiro a trabalhar com temperaturas limites para garantir a aplicação da massa na obra com temperatura adequada. Elevadas temperaturas causam perda das propriedades do ligante e segregação da mistura, diminuindo a qualidade do pavimento.

Apesar de tudo, este setor técnico, reconhece que não é garantia de temperatura adequada limitar a distância de transporte, entretanto corre-se um risco ainda maior sem tal limitação. Mesmo sendo a distância limitada, a temperatura das cargas será aferida através de amostragem. Sendo que a empresa deverá disponibilizar termômetro adequado, e se solicitado, realizará ensaio do lote aplicado, as suas expensas, conforme disposto no memorial. A Prefeitura Municipal de Vacaria não conta com estrutura física, equipamentos e tão pouco técnicos treinados para a realização de ensaios.

Não sendo o bastante, a obra em questão representa o maior investimento já ocorrido em infraestrutura viária no Município, e embora nenhum recurso deva ser aplicado sem garantias de resultado, este, em especial, pelo volume monetário e importância para mobilidade urbana e qualidade de vida dos usuários, preocupa este Setor Técnico e a Administração Municipal. Por esse motivo, no intuito único de garantir, tanto quanto possível, a qualidade dos serviços e minimizar a possibilidade de danos à população limitamos a distância de transporte do CBUQ a 60Km.

Quanto à utilização de usinas móveis, estacionárias ou não, o memorial absteve-se, visto que embora citadas em diversas bibliografias da área, preponderantemente são utilizadas para obras de pequeno porte e reparos.

Vacaria, 06 de junho de 2014.


Patrícia Colombo Vicenzi
CREA/SC 98168-9

Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

PARECER TÉCNICO

Assunto: Intervenção da obra nos serviços públicos essenciais.

As obras de pavimentação asfáltica a serem realizada nas seguintes ruas e avenidas: Avenida Samuel Guazzeli – trecho entre a Rua Júlio de Castilhos e BR 116; Avenida Dom Frei Cândido Maria Bampi – trecho entre a Rua Tamandaré e Rua Acre; Rua Acre – trecho entre a Rua Acre e Olavo Bilac; Rua Olavo Bilac – trecho entre a Av. Dom Frei Cândido Maria Bampi e Deputado Antônio Vieira; terão constante interação com os serviços públicos essenciais. Visto que alterações no leito das vias como rebaixamento e preenchimento da base e subbase poderão causar transtornos aos usuários do sistema de abastecimento de água. Alterações no sistema de drenagem e iluminação pública como deslocamento de redes, também serão executadas, além da restrição do acesso da coleta de lixo nos trechos interditados.


A maior intervenção será no sistema de transporte coletivo urbano público e particular de trabalhadores, além das alterações previstas para as linhas de transporte intermunicipal e interestadual que utilizam, principalmente, a Avenida Samuel Guazzeli:

Um levantamento, feito à época da elaboração do projeto, constatou os seguintes dados referentes à Avenida Samuel Guazzeli:

- 9 linhas de transporte público coletivo circulam em 81 horários na via;
- Transporte de trabalhadores por empresas com frota própria têm no mínimo 13 linhas em dois horários diariamente;
- O transporte público escolar tem 6 linhas diárias na via;
- Somente em linhas intermunicipais chegam à rodoviária do Município 50 ônibus com frequência diária.

Todos esses serviços serão mantidos, entretanto as rotas alternativas causarão transtornos aos usuários no período de execução das obras. Devendo ser restabelecidos com a maior brevidade possível.

Vacaria, 06 de junho de 2014.


Patrícia Colombo Vicenzi
CREA/SC 98168-9

Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo